



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 38/2013

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação de valorização aos profissionais do quadro do magistério da educação básica, a título de abono, a ser custeado com recursos repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, destinados à remuneração dos referidos profissionais, na forma estabelecida pelo art. 22 e incisos da Lei Federal nº. 11.494/2007.

**Parágrafo único** – Com relação ao abono a que se refere este artigo aplicar-se-á o seguinte:

- I) Será pago em parcela única após análise do fechamento do balancete do mês de referência e envolverá valor global especificado em Decreto do Executivo em conformidade com cronograma estabelecido pela Tesouraria Municipal;
- II) Poderá ser concedido parcialmente compreendendo período estabelecido em Decreto, seguindo-se memorial de cálculo elaborado pela contadoria municipal, não sendo objeto de incorporação ou cômputo para a concessão de qualquer outra vantagem;
- III) A sua distribuição será feita proporcionalmente na forma a ser designada em Decreto Executivo Municipal;
- IV) Trata-se de uma possibilidade de pagamento, não caracterizando até então qualquer obrigação em relação aos potenciais beneficiários, uma vez que versa sobre mera expectativa de direito.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei entende-se por profissionais do quadro do magistério da educação básica: docentes; profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção municipal de ensino (infantil e/ou fundamental), direção escolar, planejamento, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica, em



# Prefeitura Municipal de Barrinha

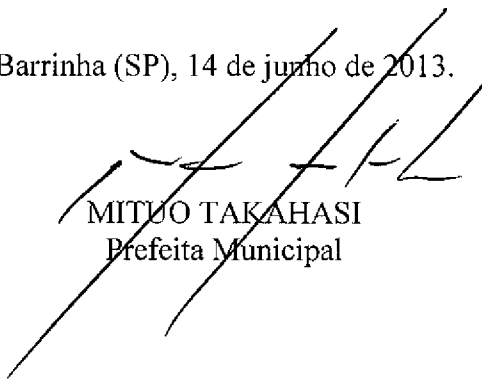
Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

efetivo exercício na educação básica municipal (art. 22, inciso II, da Lei Federal nº. 11.494/2007).

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta lei serão suportadas por recursos do FUN-DEB 60% na forma estabelecida pelo art. 22 e incisos da Lei Federal nº. 11.494/2007, podendo, a critério do Executivo, para efeito de complementação de valores tais despesas ser total ou parcialmente custeadas com recursos próprios do orçamento, assim como suplementado se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), 14 de junho de 2013.

  
MITUO TAKAHASI  
Prefeita Municipal



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## *Parecer Comissões de Justiça Ref. Projeto de Lei nº 38/2013*

Encaminhado pelo Prefeito Municipal submete à apreciação do Legislativo, o projeto de lei em referência, que Autoriza o poder Executivo a conceder gratificação de valorização aos profissionais do magistério da educação básica e da outras providencias.

Cabe-nos examinar a proposta quanto ao aspecto jurídico-constitucional e técnico financeiro nos termos dos artigos 53 e 54 - ambos do Regimento Interno desta Casa, e o fazemos em conjunto, como prevê as normas regimentais.

Do exame, verifica-se que a matéria é de competência privativa do Chefe do Executivo, cabendo este a apresentação de proposições desta natureza, nos exatos termos da Orgânica Municipal.

Pelo exposto, entendemos que a matéria em epigrafe está em condições de ser aprovada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Sala das Comissões, de 27 de junho de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA  
LIDO NA SESSÃO  
de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_  
Secretário

Comissão de Justiça e Redação

Valter Gomes da Fonseca

Aparecido de Souza

Luiz Antônio Rodrigues Carvalheiros

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA  
sessão de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_  
APROVADO  
Presidente



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO - Projeto de lei 38/2013

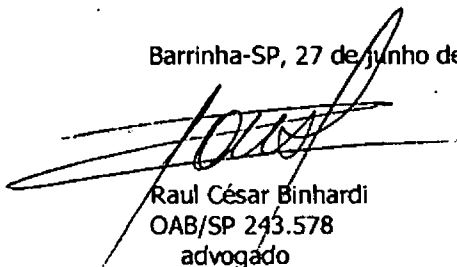
De autoria do Executivo Municipal, dispõe sobre a propositura em referência, ***Autoriza o Poder Executivo a conceder gratificação de valorização aos profissionais do magistério da educação básica dá outras providências.***

Competência conferida ao Prefeito para iniciativa do presente projeto, nos termos do artigo 67, Incisos II da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o artigo 145, II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barrinha.

Desta forma, inexistente óbice jurídico ao presente projeto, no entanto, é certo que fica a critério dos nobres vereadores a aprovação ou rejeição do presente projeto de lei.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Barrinha-SP, 27 de junho de 2013.



Raul César Binhardi  
OAB/SP 243.578  
advogado



## AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 38/2013

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE  
VALORIZAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO  
MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E  
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, ESTADO DE SÃO PAULO,  
aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação de valorização aos profissionais do quadro do magistério da educação básica, a título de abono, a ser custeado com recursos repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, destinados à remuneração dos referidos profissionais, na forma estabelecida pelo art. 22 e incisos da Lei Federal nº. 11.494/2007.

**Parágrafo único** – Com relação ao abono a que se refere este artigo aplicar-se-á o seguinte:

- I) Será pago em parcela única após análise do fechamento do balancete do mês de referência e envolverá valor global especificado em Decreto do Executivo em conformidade com cronograma estabelecido pela Tesouraria Municipal;
- II) Poderá ser concedido parcialmente compreendendo período estabelecido em Decreto, seguindo-se memorial de cálculo elaborado pela contadoria municipal, não sendo objeto de incorporação ou cômputo para a concessão de qualquer outra vantagem;
- III) A sua distribuição será feita proporcionalmente na forma a ser designada em Decreto Executivo Municipal;
- IV) Trata-se de uma possibilidade de pagamento, não caracterizando até então qualquer obrigação em relação aos potenciais beneficiários, uma vez que versa sobre mera expectativa de direito.



# Câmara Municipal de Barrinha

Estado de São Paulo

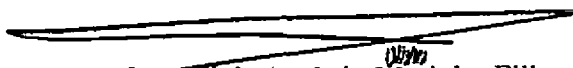
**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei entende-se por profissionais do quadro do magistério da educação básica: docentes; profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção municipal de ensino (infantil e/ou fundamental), direção escolar, planejamento, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica, em efetivo exercício na educação básica municipal (art. 22, inciso II, da Lei Federal nº. 11.494/2007).

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta lei serão suportadas por recursos do FUNDEB 60% na forma estabelecida pelo art. 22 e incisos da Lei Federal nº. 11.494/2007, podendo, a critério do Executivo, para efeito de complementação de valores tais despesas ser total ou parcialmente custeadas com recursos próprios do orçamento, assim como suplementado se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Mesa Diretora Câmara Municipal Barrinha (SP), 01 de julho de 2013.

Luciano Aparecido Takeda Gomes  
Presidente

  
Sant Clair Antônio Marinho Filho  
Vice- Presidente

  
Magnus William de Castro  
1º Secretário

  
Ronaldo da Silva Alves  
2º Secretário



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Ofício PL n. 32/2013.

Barrinha (SP) 13 de Junho de 2013.

À Sua Excelência  
Dr. LUCIANO APARECIDO TAKEDA GOMES  
Presidente da Câmara Municipal de  
Barrinha (SP)

Assunto: Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente:  
Prezados Vereadores:

Encaminho a essa Egrégia Edilidade, para a devida apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que “DISPÕE SOBRE A PRESCRIÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A propósito da matéria, nos termos do art. 156, inciso V do Código Tributário Nacional, a prescrição implica na extinção do crédito tributário.

De igual modo, a partir da edição da Lei Federal n. 11.051/2004, foi incluído § 4º no artigo 40 da Lei de Execução Fiscal, passando a ser possível o reconhecimento da prescrição de ofício e de imediato pelo Juiz da ação de execução fiscal.

Assim, se por um lado a Autoridade Municipal tem o dever legal de cobrar os créditos de competência, por outro, não pode colocar em risco a Fazenda Municipal e ingressar com ações de cobrança de dívidas prescritas e aptas a serem extintas de ofício pelo Poder Judiciário, gerando prejuízos aos cofres públicos além de eventuais ações por danos decorrentes da execução, cobrança ou protestos indevidos.

Neste contexto, é inquestionável que ao optar pela solução deste acúmulo de créditos indevidos que figuram virtualmente no balanço patrimonial, a Administração não estará transigindo com o interesse público, nem abrindo mão de sua defesa. Estará, sim, escolhendo uma forma mais expedita ou o meio mais hábil para atingir a plena satisfação do interesse público, o que não se confunde com mero interesse da Administração e da Fazenda Pública.

Demais disso, não há interesse público e legítimo na promoção de cobrança, protestos ou ajuizamentos fiscais relativos a créditos indevidos, pois o

*Recebido  
28/06/13  
[Assinatura]*

*[Assinatura]*



# Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

interesse público está na correta aplicação da lei, de acordo com a melhor interpretação possível diante do caso concreto, o que por certo se converterá em benefício da coletividade e dos cidadãos que a integram.

Ademais, o regramento contido no Projeto de Lei em questão garante que antes do cancelamento de qualquer crédito, sejam realizados procedimentos que assegurem efetivamente a ocorrência dessa situação.

Estando com a certeza de contarmos sempre com o costumeiro e inarredável apoio dessa Egrégia Câmara de Vereadores, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

**MITUO TAKAHASI**  
- Prefeito Municipal -